

Mãe de vereadora em Capela recebia do Bolsa Família

MDS só descobriu irregularidade porque a filha, Érica Silva Santana, foi eleita em 2012

CÍCERO MENDES

LANÇADO no primeiro mandato do presidente Lula, o Bolsa Família completa uma década de existência no próximo mês de outubro. Em 2003, era 3,6 milhões de famílias beneficiadas. Hoje, esse número chega a 13,8 milhões, totalizando mais de 50 milhões de pessoas ou 24,75% da população brasileira. O objetivo do programa é reduzir a pobreza e a desigualdade social com a transferência direta de dinheiro às famílias miseráveis. Há dez anos, o Brasil tinha 12% da população vivendo com menos de 2,8 reais por dia. Em 2011, o índice caiu para 4,2%.

Nessa década de existência do programa, também ocorreram inúmeras denúncias de fraude no Bolsa Família. A mais comum é a inclusão de pessoas na lista de beneficiados que não se enquadram no limite de renda per capita estabelecido pelo governo federal. Servidores públicos, comerciantes, políticos e apadrinhados apareciam entre os assistidos, recebendo valores

pagos diretamente dos cofres públicos.

Mas pelo que parece, nem mesmo os processos movidos pelos órgãos de fiscalização ou as inúmeras matérias na imprensa a respeito das fraudes descobertas, inibiram pessoas que, mesmo não se classificando como de extrema pobreza, recebiam o benefício mensal. Um caso recente e que chama a atenção da gestão municipal do Bolsa Família em Capela, é o da senhora Ivanete Maria da Silva Santana, que até maio desse ano, recebia R\$ 70,00 todo mês do Bolsa Família.

Esta senhora, que é dona de casa, mora em uma residência confortável, o marido é taxista, tem filhos trabalhando e cuja família não possui renda de até R\$ 70,00 por pessoa, é mãe da vereadora Érica Silva Santana (DEM). E o mais agravante: Érica está no cadastro da mãe como sua dependente, dando respaldo para que a família receba, irregularmente, o benefício em lugar de quem realmente precisa em Capela.

VARREDURA

A irregularidade só foi descoberta de-

pois que o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) iniciou uma verdadeira varredura na relação dos beneficiados e dependentes do Bolsa Família em todo o país. Quando comparou os dados no quesito "políticos eleitos 2013", o MDS verificou que em Capela havia uma vereadora na relação de dependentes de famílias atendidas. De imediato, o ministério suspendeu o benefício e solicitou à gestão municipal que fizesse uma visita in loco para verificar de perto a situação, uma vez que esse cadastro havia sido feito na gestão do ex-prefeito Manoel Sukita Santos (PSB).

Ao chegar à residência de Ivanete Silva foi comprovado que a família não se encaixa no limite de renda máximo para ser beneficiado pelo programa, que, no caso dela, por não haver criança ou adolescente em casa, é de até R\$ 70,00 por pessoa. O caso de Capela – em que o benefício é pago com base em informações falsas, omissão da renda real mensal, declarando que se encontravam

em situação de extrema pobreza quando, na verdade, possuíam rendas superiores à exigida por lei –, tem sido algo comum país afora.

Quem mais tem combatido esse tipo de fraude é o Ministério Público e a Controladoria Geral da União. Nas ações, os órgãos pedem, na Justiça, a condenação dos réus pelo crime de estelionato, cuja pena é de um a cinco anos de reclusão e multa. Pode parecer uma pena muito dura, para no caso de Capela, uma quantia mensal de R\$ 70,00, mas a irregularidade tem o seu peso moral. Enquanto uma senhora em boas condições financeiras, mãe de uma vereadora, recebe dinheiro dos cofres públicos, muitas outras mães, em situação de extrema miséria, ainda aguardam na fila pelo benefício. Para elas, R\$ 70,00 faz muita falta.

O Caderno Municípios do Jornal do Dia tentou falar na sexta-feira (27) com a vereadora, mas a ligação do seu celular não completava. Segundo informações colhidas, Érica Silva estava participando de um congresso em Salvador (BA).

ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

